

Nº 989

Direito de Greve é que garantiu os PCSs aos servidores

Sindicatos se unem em Ato nesta quinta, 11, para lutar por direito constitucional

É importante voltar no tempo para compreender porque é importante que neste **dia 11, quinta-feira**, os servidores do Judiciário em SC participem da Assembléia/Ato no TRT. A Atividade começa às 14 horas e já neste horário sindicalistas e servidores de outras categorias irão fazer panfletagem na Avenida Rio Branco com a Rua Esteves Jr. O objetivo é conversar com a população sobre o Direito de Greve e a forma como parte do Judiciário tem acolhido práticas antissindicais para conter a luta dos trabalhadores. O fato é que a Greve é um direito social, incluído pelo constituinte no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal.

A nossa luta pelos PCSs mostra isso muito bem. Antes dos PCSs, os servidores do Judiciário precisavam até de complementação salarial para ter um salário minimamente digno. E isso só mudou por causa da nossa mobilização. Em 1996 ocorreu a primeira Greve pelo PCS. Em 2000

houve outra, de 41 dias, na Justiça do Trabalho, pela conquista da Gratificação da Atividade Judiciária (GAJ). De volta ao trabalho, a Administração do Tribunal rompeu o acordo com o Sindicato, descontando os dias parados. Foi preciso recorrer à Justiça Federal para obter o reconhecimento do Direito de Greve e o pagamento integral dos salários. Vitória da categoria.

MOBILIZAÇÃO HISTÓRICA

Em 2001 foi a vez da luta pelo PCS2, para alterar o Plano em vigor, de 1996. Foram necessárias várias mobilizações para conseguir que o STF encaminhasse o Projeto de Lei ao Congresso Nacional. História bem parecida com a de 2009/2010.

Em 2002, depois uma Greve nacional da categoria, finalmente conquistamos o PCS2. Mas, com o tempo, o PCS ficou mais uma vez defasado. Em 2004 começaram as discussões para aprovação do PCS3.

Do envio do Projeto de Lei à sanção do presidente Lula foram quase dois anos. Em 2005 também foi necessária a realização de Greves, paralisações, atos variados para que o PCS3 tramitasse nos dois Poderes para finalmente, em 14 de dezembro de 2006, os trabalhadores saírem vitoriosos, com a sanção da lei. Mais isso só ocorreu depois de uma Greve de 45 dias.

Em 2009, a intenção de se construir um verdadeiro Plano de Carreira foi atropelada por uma proposta emergencial de reajuste salarial, o PCS4. Neste a cúpula do Judiciário quis embutir a tal Gratificação de Desempenho, e mais uma vez a luta foi necessária para evitar perda de direitos.

É preciso lembrar que, em dois anos, esgotamos todas as possibilidades de negociação antes de entrar em Greve, que só ocorreu pela resistência do STF em enviar o Projeto de Lei do PCS4 ao Legislativo e também do Executivo em se com-

**11/11, quinta-feira, às 14 h,
Assembléia/Ato no TRT**

prometer com a dotação orçamentária para viabilizar o projeto, que está parado na Câmara dos Deputados.

Em âmbito local, a atual Administração do TRT também atropelou um processo histórico de negociação depois das Greves – a reposição de trabalho – exigindo a reposição de horas ou, então, o corte de salários.

Na iniciativa privada, as práticas antissindicais, com ataques ao Direito de Greve, também estão se intensificando. Por isso a Assembléia/Ato desta quinta também terá o apoio do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, que na Greve de 2010 teve a categoria atacada em seu direito, com o recebimento de três interditos proibitórios, prática da qual os bancos têm abusado nos últimos anos. Outros Sindicatos foram convidados para a Atividade, dentro da lógica de somarmos forças na luta. **VENHA PARA A LUTA!**

Audiência pública sobre PCS sai de pauta

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, Pepe Vargas (PT-RS), retirou de pauta o pedido de requerimento, apresentado pelo deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), para que fosse realizada uma audiência pública sobre o PL 6613/09, o PCS. Berzoini é o relator do PCS do Judiciário na Comissão.

O relator disse à Fenajufe que concordava com o cancelamento da audiência pública e garantiu que não pretende apresentar um novo pedido na CFT. Berzoini informou também que já está agendada, para a próxima semana, uma reunião com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o objetivo dele é se inteirar melhor sobre o processo de negociação da revisão salarial.

Relator da LOA diz que acordo deve ser fechado para garantir PCS no orçamento

Com a proximidade do fechamento do relatório preliminar da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja data prevista para ser votada é o próximo dia 16 de novembro, a Fenajufe reforçou os contatos para garantir que a previsão do PCS seja incluída no orçamento de 2011.

Durante reunião nesta terça-feira, 9, com a Coordenação da Fenajufe, o relator da proposta da LOA, senador Gim Argello (PTB-DF), informou que, até o momento, não há qualquer acordo que garanta a inclusão dos valores do PCS na proposta. Os coordenadores apresentaram a preocupação quanto à demora na conclusão das negociações e cobraram um posicionamento concreto a respeito da votação dos projetos, uma vez que o prazo para apresentação de emendas à proposta da LOA se encerra nesta quarta-feira, 10.

O senador disse aos coordenadores da Fenajufe que esteve com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para discutir os valores do PCS e, na oportunidade, o representante do Executivo teria dito que não há qualquer acordo fechado para o reajuste dos servidores. Segundo Argello, na reunião no Planejamento, que teria sido bastante difícil, Bernardo disse que está garantido apenas o reajuste dos magistrados. A manifestação do ministro ao relator do Orçamento causou estranheza aos coordenadores presentes, uma vez que, antes do processo eleitoral, o presidente do STF recebeu dirigentes da Federação e afirmou que, em reunião com o presidente Lula, teria sido assegurado que o projeto seria negociado após o processo eleitoral.

O senador garantiu, na reunião com os Coordenadores da Fenajufe, ter cobrado do ministro do Planejamento o cumprimento do referido acordo. Disse, também, que em conversa com o ministro Peluso, este afirmou que havia acordo entre o STF e a Presidência da República, mas o ministro do Planejamento estranhamente colocou que a situação careceria do envolvimento da presidenta eleita, Dilma Rousseff.

Segundo a Fenajufe, o relator da proposta da LOA informou que, diante do impasse, a adequação de seu relatório preliminar vai depender de um acordo concreto entre o presidente do STF e a Presidência da República. “A reunião de hoje com o relator do Orçamento comprova que não há nada garantido e que as informações de que teria um acordo firmado não são verdadeiras. O próprio relator disse que é fundamental que a Presidência do Supremo feche um acordo com o Executivo para que o PCS possa ser contemplado no Orçamento de 2011. Diante disso, é fundamental que a categoria cumpra o calendário definido na última Reunião Ampliada”, avaliou a Federação. Nesta semana, foi definido e aprovado, na base em Santa Catarina, a Assembléia/Ato no dia 11, quinta-feira.

CONTATOS COM AS CÚPULAS DO JUDICIÁRIO

Além de procurar o senador Gim Argello, os coordenadores da Fenajufe também tentaram, nesta terça-feira, audiências com os presidentes dos tribunais superiores. Como resultado desta atuação, foi agendada uma reunião para esta quarta-feira, 10, com o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski.